



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
POLO MACAU – RN

**ANOS INICIAS E O PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE
CERTA: UMA ANÁLISE REFLEXIVA SOBRE A PRÁTICA DE ENSINO E
APRENDIZAGEM NO MUNICÍPIO DE PENDÊNCIAS.**

ISMAELITA GREGÓRIO ANTUNES DE MEDEIROS

NATAL – RN

2016

ISMAELITA GREGÓRIO ANTUNES DE MEDEIROS

**ANOS INICIAS E O PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE
CERTA: UMA ANÁLISE REFLEXIVA SOBRE A PRÁTICA DE ENSINO E
APRENDIZAGEM NO MUNICÍPIO DE PENDÊNCIAS.**

Artigo Científico apresentado ao Curso de Pedagogia a Distância do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação do Professor Dr. Bruno de Oliveira Lima.

NATAL – RN

2016

ANOS INICIAS E O PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: UMA ANÁLISE REFLEXIVA SOBRE A PRÁTICA DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO MUNICÍPIO DE PENDÊNCIAS.

POR

ISMAELITA GREGÓRIO ANTUNES DE MEDEIROS

Artigo Científico apresentado ao Curso de Pedagogia a Distância do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciatura em Pedagogia, sob orientação do Professor Dr. Bruno de Oliveira Lima.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Bruno de Oliveira Lima (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Dra. Kilza Fernanda Moreira de Viveiros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Ms. Janaína Lopes Barbosa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ANOS INICIAS E O PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: UMA ANÁLISE REFLEXIVA SOBRE A PRÁTICA DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO MUNICÍPIO DE PENDÊNCIAS.

Ismaelita Gregório Antunes de Medeiros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

RESUMO

O presente artigo é uma análise reflexiva sobre a prática de ensino aprendizagem a partir do Pacto Nacional da Idade Certa, tem por objetivo discutir sobre os fatores que contribuem para a distorção da idade/ano nas séries iniciais do ensino fundamental, mais especificamente quartos e quintos anos das escolas públicas municipais localizadas na Zona Urbana de Pendências, com recorte específico em 2014 e 2015. Metodologicamente utilizamos as pesquisas, bibliográficas, documentais, e, de campo. No que diz respeito às referências teóricas tomamos como base os seguintes autores, LEITE (2014), FREIRE (1996), SOARES (2003), FERREIRO (1985), TEBEROSKY (1999).

Palavras-chave: Pacto Nacional da Idade Certa; Ensino Aprendizagem; Ensino Fundamental; Anos Iniciais.

ABSTRACT

This article is a reflective analysis about learning teaching practice from the National Certain Age Pact aims to discuss about the factors that contribute to the distortion of age/year in the early grades of elementary school, specifically fourth and fifth years of public schools located in the Urban-do area with specific focus in 2014 and 2015. In terms of methodology we use research, bibliographical, documentary, and field. With respect to theoretical results based on the following we authors LEITE (2014), FREIRE (1996), SOARES (2003), FERREIRO (1985), TEBEROSKY (1999).

Keywords: National Certain Age Pact; Education; Elementary School; Initial series.

ANOS INICIAS E O PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: UMA ANÁLISE REFLEXIVA SOBRE A PRÁTICA DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO MUNICÍPIO DE PENDÊNCIAS.

1. INTRODUÇÃO:

Ensinar e aprender, ou como diríamos na linguagem acadêmica o processo de Ensino Aprendizagem nos remete quase que de imediato a esfera escolar, esta por sua vez foi criada, pensada e repensada como espaço de diálogo de saberes, troca de experiências, enfim, construção de conhecimentos.

Mas para que o processo de ensino aprendizagem ocorra efetivamente, e, não apenas como forma de progressão continuada, é necessário desenvolver, dentro de um período de tempo preestabelecido, competências como a leitura e a escrita (temas centrais desta discussão). Neste contexto programas, em âmbito nacional, foram criados, dentre os quais destacamos o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. (BRASIL, 2011, p. 11).

Foram essas sondagens iniciais, principalmente referentes a implementação das propostas do Pacto Nacional pela alfabetização na Idade Certa e as distorções de idade/ano nos anos iniciais do ensino fundamental das escolas Públicas da Zona Urbana do Município de Pendências/RN, escolhemos duas escolas dessa região como recorte para a pesquisa, a Escola Municipal Padre José Luiz e a Escola Municipal Maria Cleofas Moura da Rocha, que nos levaram a pesquisar essa temática em específico.

No presente artigo observamos as turmas do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, entre 2014 a 2015 nas escolas públicas municipais localizadas na Zona Urbana de Pendências. Com objetivo principal de conhecermos o processo de ensino aprendizagem, advindo do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, ademais buscamos compreender os motivos que levam a haver a distorção idade/ano.

Com o desenvolver do trabalho percebemos a relevância do estudo proposto. Justificamos o mesmo no fato de que nos leva a compreender os resultados obtidos

através da metodologia usada pelo Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, bem como debatermos os fatores que têm causado uma população relativamente numerosa nos 4º e 5º anos, gerando a distorção idade/ano, já que em sondagem inicial percebemos que um número elevado de alunos tem chegado ao final do 3º ano (fim do ciclo de alfabetização) sem dominar competências que os possibilitem a ler e escrever, ou seja, com o processo de alfabetização ainda não concluído.

As dificuldades de aprendizagem nos alunos do 4º e 5º ano, que não conseguem concluir o processo de alfabetização ainda nos Anos Iniciais, não são atuais. Mas, foi durante os anos de 2014 a 2015 que percebemos um agravamento de tal realidade nas escolas municipais de Pendências/RN, e, isto muito tem nos inquietado. Tal preocupação nos levou a refletir sobre os reais motivos que tem contribuído com o insucesso de muitos dos nossos alunos, diante de um compromisso governamental, no qual assegura que todas as crianças estejam alfabetizadas até oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental.

Neste contexto, o presente artigo, tem como propostas, conhecer os fatores negativos que impedem ou dificultam o processo de alfabetização em escolas da rede municipal localizadas na zona urbana de Pendências, e, apresentar sugestões que possam contribuir para solucionar, ou amenizar esses efeitos negativos.

Entendemos que a escola é a responsável pela alfabetização, mesmo compreendendo que a criança aprende em todos os espaços externos à escola. Quando a escola não tem conseguido cumprir o seu papel, é necessário investigar quais os fatores têm contribuído para isto, e foi justamente a partir daí que iniciamos nossa pesquisa. Esta é uma das indagações que nos leva a busca de explicações e soluções possíveis, com o intuito de contribuir para a melhoria da Educação do município de Pendências.

As escolas municipais de Pendências seguem as orientações da Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006 que estabeleceu a ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos, tendo as escolas até o ano de 2010 para se adequarem.

No entanto, quando adentramos em uma sala de 4º e 5º anos um número significativo de alunos que reconhecem letras, símbolos, porém ainda não dominam o processo de leitura e escrita convencional, ou seja, apesar de estarem concluindo os Anos Iniciais do Ensino Fundamental ainda não estão alfabetizados. Esta situação é o que nos inquieta e nos faz propor este artigo que se segue, para que a partir do mesmo possamos compreender a raiz desta problemática em busca de soluções exequíveis.

Para discutirmos as relações de ensino e aprendizagem, processos de alfabetização e Pacto de Alfabetização na Idade Certa, recorreremos as orientações de Emília Ferreira (1985), Livroto PACTO – MEC (2008), Leite (2014), Soares (2003), Ferreira e Teberosky (1999), Paulo Freire (1996), entre outros autores e documentos que nos subsidiam sobre a temática abordada. Segundo os autores mencionados, a Alfabetização é um processo complexo que deve ser construído com bases sólidas, consistentes e contextualizadas, para que a criança se sinta agente dessa construção.

Metodologicamente fizemos uso da pesquisa bibliográfica, conforme proposto por GIL (2010), bem como da pesquisa de campo em busca de dados quantitativos e também qualitativos. No que diz respeito aos procedimentos metodológicos utilizamos análises de entrevistas, revisões bibliográficas, rodas de conversas, bem como análises documentais, pois verificamos que conforme DALBERIO (2009, p. 168), “os documentos constituem uma fonte rica e estável de dados que subsistem ao longo do tempo”.

Ressaltamos que o trabalho se encontra dividido em cinco capítulos, sendo o primeiro referente a introdução, onde se apresentou as ideias iniciais acerca do Pacto, bem como a problemática que nos direcionou a realizarmos a pesquisa, os objetivos, a justificativa, metodologia da pesquisa, e, o referencial teórico.

No segundo capítulo expusemos algumas informações cedidas pelo MEC, acerca do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa. Na sequência, realizamos uma revisão teórica sobre Alfabetização, em busca de nos subsidiar a respeito de como ocorre este processo nos Anos Iniciais.

Já no quarto capítulo, a partir dos dados colhidos na pesquisa de campo apresentamos as escolas da rede municipal, localizadas na zona urbana de Pendências, que atuam do 1º ao 5º ano, séries iniciais do Ensino Fundamental, entre os anos de 2013 a 2015. Por fim, o quinto e último capítulo aludiu-se considerações finais do estudo que contam com sugestões que buscam a superação da distorção idade ano nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

2. PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA – UM BREVE HISTÓRICO:

Um dos grandes desafios de uma nação é a Educação de um povo. Leite (2014) aponta que esta problemática tem sido seguida de uma crescente preocupação com os

processos de alfabetização nos três primeiros anos do ensino fundamental, anos iniciais. A autora frisa a necessidade de repensar as razões da ineficiência dos programas educacionais na mudança deste contexto.

A alfabetização tem ocupado lugar central no debate sobre educação escolar, sendo o foco de políticas públicas, programas e projetos educacionais que visam sua consolidação nos anos iniciais do EF. Dentre outras razões, essa centralidade se deve aos baixos índices de aprendizagem auferidos pelas avaliações externas, a exemplo do SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e da Prova Brasil, que acabaram por colocar em xeque o preparo e a eficiência da escola para lidar com a função que lhe é inerente: ensinar o aluno a ler e escrever. (LEITE, 2014, p. 21).

O documento do Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa (Brasil, 2011), relata que diante dos baixos índices de alfabetização apresentado pelas crianças nos primeiros anos do Ensino Fundamental, os Governos, Federal, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios afirmam o compromisso do Plano de Desenvolvimento da Educação, o PDE de 2007, objetivando alfabetizar todas as crianças, sem exceção, e no momento certo, em Língua Portuguesa e em Matemática, assegurando que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ou seja, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, como vemos na lei 12.801, de 24 de abril de 2013 – Conversão da Medida Provisória 586, de 2012, que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e altera as Leis 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e, 10.260, de 12 de julho de 2001.

Sendo disponibilizada, para as escolas, capacitação aos profissionais que atuarão diretamente com o processo de alfabetização, trabalhando em parceria com as escolas na busca por direcionamentos e ações voltadas a concretização das metas estabelecidas pelo pacto. Abrangendo ainda a Universidade e uma grade curricular que contemple, também, o processo de alfabetização.

O Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (BRASIL, 2011) prevê a alfabetização para crianças do 1º ao 3º ano, dentro de um processo sistemático e contínuo, onde haja compreensão do funcionamento do sistema de escrita, o domínio das correspondências grafofônicas, fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos. As Ações do Pacto apoiam-se em quatro eixos de atuação:

1. Formação continuada presencial para os professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo;
2. Materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais;
3. Avaliações sistemáticas;
4. Gestão, mobilização e controle social.

O PNAIC foi construído com base em quatro princípios centrais, que devem ser considerados durante todo o desenvolvimento do trabalho pedagógico. De acordo com as orientações do MEC (2011), os princípios são:

1. O Sistema de Escrita Alfabética é complexo e exige um ensino sistemático e problematizador;
2. O desenvolvimento das capacidades de leitura e de produção de textos ocorre durante todo o processo de escolarização, mas deve ser iniciado logo no início da Educação Básica, garantindo acesso precoce a gêneros discursivos de circulação social e a situações de interação em que as crianças se reconheçam como protagonistas de suas próprias histórias;
3. Conhecimentos oriundos das diferentes áreas podem e devem ser apropriados pelas crianças, de modo que elas possam ouvir, falar, ler, escrever sobre temas diversos e agir na sociedade;
4. A ludicidade e o cuidado com as crianças são condições básicas nos processos de ensino e de aprendizagem.

Mas, afinal de contas o que é o Pacto? Segundo informações disponibilizadas pelo MEC (Brasil, 2011) o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso firmado entre Governos Municipais, Estaduais, do Distrito Federal, e Federal, para atender o compromisso do Plano de Desenvolvimento da Educação, o PDE de 2017, bem como o cumprimento de uma das metas do Plano Nacional da Educação o PNE, que é garantir que as crianças do 1º ao 3º ano, dos Anos Iniciais – Ensino Fundamental estejam alfabetizados ao concluir o 3º ano do Ensino Fundamental.

De acordo ainda com as orientações do MEC (Brasil, 2008), ao fazer adesão ao Pacto, os poderes governamentais comprometem-se a:

1. Alfabetizar todas as crianças em língua portuguesa e em matemática.
2. Realizar avaliações anuais universais, aplicadas pelo Inep, junto aos concluintes do 3º ano do ensino fundamental.
3. No caso dos estados, apoiar os municípios que tenham aderido às Ações do Pacto, para sua efetiva implementação.

Observamos que o Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE) e o Plano Nacional de Educação (PNE), refere-se sobre alfabetização através decreto nº 6.094, de 24/4/2007, nos no inciso II do art. 2º, apontando “a responsabilidade dos entes governamentais de alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico.” (BRASIL, 2011, p. 11). E a Meta 5 do projeto de lei que trata sobre o Plano Nacional de Educação também reforça este aspecto ao determinar a necessidade de “alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade certa”, (BRASIL, 2011, p. 11).

Nesse contexto, o Ministério da Educação criou ações para se alcançar os objetivos do Pacto. Essas ações de acordo com as informações disponibilizados pelo MEC (BRASIL, 2011, p. 11), são “um conjunto integrado de programas, materiais e referências curriculares e pedagógicas que serão disponibilizados pelo Ministério da Educação e que contribuem para a alfabetização e o letramento”. Uma dessas estratégias é a formação e qualificação do professor, como verificamos:

Formação continuada dos professores alfabetizadores através de curso presencial de 2 anos para os professores alfabetizadores, com carga horária de 120 horas por ano, com base no programa Pró-Letramento, cuja metodologia propõe estudos e atividades práticas. Os encontros com os professores alfabetizadores serão conduzidos por orientadores de estudo. (BRASIL, 2011, p. 12).

Sobre o processo de avaliação as orientações fornecidas pelo MEC, diz que deverão acontecer em duas etapas. Sabendo que a avaliação é contínua e formativa, onde durante todo o Curso de Formação Continuada, propõe a construção de instrumentos de avaliação, bem como de registros de aprendizagem. Diante dos resultados obtidos, por meio dos instrumentos de avaliação, os professores juntamente com a equipe pedagógica terão condições de planejar intervenções didáticas pedagógicas que possam ajudar no desenvolvimento da aprendizagem da turma, ou especificamente de cada aluno, respeitando as individualidades.

Ressaltamos ainda, que dentro da primeira fase de avaliação, será aplicada, no início e no final do 2º ano, a Provinha Brasil, objetivando diagnosticar, os conhecimentos sobre o sistema alfabético de escrita e as habilidades leitoras. Na segunda e última etapa da avaliação, no final do 3º ano será aplicado a avaliação diagnóstica e externa, trata-se da aplicação de uma prova-teste, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), uma avaliação externa anual, o almejando a conferição de toda trajetória de aprendizagem do aluno durante o ciclo de 3 anos.

3. ALFABETIZAÇÃO: CAMINHO DE CONQUISTAS E DESAFIOS:

Ao nos referirmos sobre aprendizagem escolar, o pensamento tradicional propõe a dualidade entre um ser que ensina e outro que aprende, mecanicamente a transmissão e o recebimento da informação. As crianças trazem para a escola uma variedade de conhecimentos, adquiridos a partir das suas vivências, logo constatamos que o conhecimento adquirido extra muro escolar ocorre. Nesta perspectiva de ensino o “pensar certo, do ponto de vista do professor, tanto implica o respeito ao senso comum no processo de sua necessária superação quanto o respeito e o estímulo à capacidade criadora do educando.”, (FREIRE, 1987, p. 16).

Dentro do processo de alfabetização, precisamos compreender considerando os múltiplos aspectos, considerando desde as diferentes abordagens teóricas, como os fatores sociais, econômicos e políticos.

Isto nos leva a refletir sobre os métodos de alfabetização (analíticos ou sintéticos), baseados em referenciais das teorias da aprendizagem. Segundo Ferreiro (1985, p. 36) diz que “a aprendizagem da língua escrita requer um esforço cognitivo”. A criança precisa refletir sobre o significado da palavra, é fundamental compreender o que se lê, ou o ato de alfabetizar será meramente a decodificação de símbolos e não a compreensão de suas informações.

Ainda, segundo Ferreiro (1985), essa discussão perpassa pelas ideias de Alfabetização e Letramento, termos diferenciados que se completam em um eixo de decodificação de símbolos e compreensão dos mesmos aplicando os conhecimentos transmitidos para a realidade vivencial do educando.

Para entendermos melhor esses termos e suas empregabilidades no processo de ensino aprendizagem é necessário refletir sobre os mesmos enquanto subsídios teóricos

no ensino da leitura e da escrita. Chamando a atenção para o processo histórico de criação e empregabilidade da palavra escrita.

O ser humano desde os tempos primórdios demonstra uma necessidade nata de se comunicar, inicialmente utilizam-se de sons e gestos naturais, com o passar dos tempos, passa a desenvolver ferramentas e habilidades que auxiliam no processo de comunicação, assim surge a escrita.

Dentro dessa produção da escrita, necessariamente requer o conhecimento da mesma, através da leitura e compressão. E conseqüentemente um formador que possua a capacidade de treinar e aplicar, fazendo uso desse conhecimento para que os indivíduos possuem o conhecimento prévio das situações e espaços que convivem, porém precisam ter o conhecimento sistematizado para compreenderem todo o processo de construção e formação da escrita e da leitura. Para isso, faz-se necessário refletirmos sobre Alfabetização.

Qual significado de ser alfabetizado? O ser alfabetizado domina a capacidade de se comunicar por meio da escrita em diferentes situações e diferentes propósitos. E principalmente, o ser alfabetizado deve ter o conhecimento do funcionamento do sistema de escrita adotado na sociedade na qual está inserido. Segundo o PACTO, para o processo de alfabetização são necessários:

Um ciclo sequencial de três anos (600 dias letivos), sem interrupções, dedicados à inserção da criança na cultura escolar, à aprendizagem da leitura e da escrita, à ampliação das capacidades de produção e compreensão de textos orais em situações familiares e não familiares e à ampliação do universo de referências culturais dos alunos nas diferentes áreas do conhecimento. Ao final do ciclo de alfabetização, a criança tem o direito de saber ler e escrever, com domínio do sistema alfabético de escrita, textos para atender a diferentes propósitos. Considerando a complexidade de tais aprendizagens, concebe-se que o tempo de 600 dias letivos é um período necessário para que seja assegurado a cada criança o direito às aprendizagens básicas da apropriação da leitura e da escrita; necessário, também, à consolidação de saberes essenciais dessa apropriação, ao desenvolvimento das diversas expressões e ao aprendizado de outros saberes fundamentais das áreas e componentes curriculares, obrigatórios, estabelecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos. (BRASIL, 2011, p. 17).

Para alguns, ser alfabetizado significa apenas alguém que tem o conhecimento do alfabeto e sabe fazer uso do mesmo como um código de comunicação. Porém a partir de Ferreiro (1985) compreendemos que a alfabetização consiste em um processo bem mais complexo, do que a decodificação mecânica de um sistema alfabético.

Saber ler, compreender o desenvolvimento de capacidades de interpretação, compreensão, criticidade e produção de conhecimentos. É de extrema relevância

refletirmos sobre a alfabetização, diante da realidade onde encontramos alta taxa de crianças do Ensino Fundamental ainda iletradas ou analfabetas. Ou ainda crianças apresentam dificuldade de aprendizagem.

Ferreiro (1985), apresenta concepções de como as crianças aprendem à escrita, é preciso conhecermos também como tem ocorrido a transposição para as salas de aula. Que método de ensino tem sido o motor das salas de aula.

Recorremos aos estudos de Emília Ferreiro (1985) para nos orientarmos sobre a reflexão da aprendizagem e o fracasso dos alunos do ensino fundamental. Sabemos que o professor é um mediador do conhecimento, diante da aprendizagem adquirida pelas crianças, principalmente no que diz respeito à aquisição da leitura e escrita.

Para Emília Ferreiro (1985), a criança é um ser capaz, mesmo muito pequena, de criar hipóteses, de testá-las e de criar sistemas interpretativos na busca de compreender o universo que a cerca.

Ao se apropriar da leitura nos primeiros anos de escolarização a criança adquire significância por toda Educação Básica. Garantindo autonomia e consciência. Na pedagogia tradicional, o processo de alfabetização era concebido através do uso de cartilhas, pelo método da repetição, de palavras soltas e descontextualizadas.

De acordo com Freire (1987), semelhantemente, ao método tradicional, o método de silabação, usa palavras geradoras como meio de condução do processo de aprendizagem da leitura e escrita. Cada sílaba se desdobra em sua respectiva família silábica, com a mudança da vogal. Por exemplo, para a palavra "BOLA", as sílabas são: BA-BE-BI-BO-BU e LA-LE-LI-LO-LU.

As palavras novas: o passo seguinte é a formação de palavras novas. Usando as famílias silábicas agora conhecidas, o grupo forma palavras novas. Já o método fônico, também método de alfabetização dá ênfase ao ensino dos sons das letras, partindo das correspondências sons-letras mais simples para as mais complexas para, depois, combiná-las.

A concepção social considera que o indivíduo alfabetizado, não apenas aquele que sabe assinar o nome fazer leituras simples exige-se a complexidade do domínio das habilidades.

[...] a perspectiva psicogenética: alterou profundamente a concepção do processo de construção da representação da língua escrita, pela criança, que deixa de ser considerada como dependente de estímulos externos para aprender o sistema de escrita – concepção presente nos

métodos de alfabetização até então em uso, hoje designados “tradicionalistas” –10 e passa a sujeito ativo capaz de progressivamente (re)construir esse sistema de representação, interagindo com a língua escrita em seus usos e práticas sociais, isto é, interagindo com material “para ler”, não com material artificialmente produzido para “aprender a ler”; os chamados *pré-requisitos* para a aprendizagem da escrita, que caracterizariam a criança “pronta” ou “madura” para ser alfabetizada – pressuposto dos métodos “tradicionalistas” de alfabetização – são negados por uma visão interacionista, que rejeita uma ordem hierárquica de habilidades, afirmando que a aprendizagem se dá por uma progressiva construção do conhecimento, na relação da criança com o objeto “língua escrita”; as dificuldades da criança, no processo de construção do sistema de representação que é a língua escrita – consideradas “deficiências” ou “disfunções”, na perspectiva dos métodos “tradicionalistas” – passam a ser vistas como “erros construtivos”, resultado de constantes reestruturações. (SOARES, 2004, p. 10 e 11).

A escola as vezes mostram-se conservadoras, como não é uma instituição estática, e os avanços que vão ocorrendo na sociedade chega até a instituição podendo atingi-la. Dentro desta concepção a criança se torna passiva diante do conhecimento que lhes é apresentado. Soares (2004) aponta para um posicionamento diferenciado que permite a criança errar e aprender a partir do erro, tornando o aprendizado algo constante e sensível ao aprendiz, se tornando um ato construtor e significativo para as partes envolvidas em seu desenvolvimento.

Algumas mudanças e avanços que são incorporados, as vezes não são bem compreendidas, impedindo avanços significativos, como exemplo podemos citar o fato de que muitos professores acreditavam que não era preciso ensinar nada para as crianças, estas construiriam seus conhecimentos por si mesma. Para Emília Ferreiro (1985), estar alfabetizado, dentro do contexto social atual, significa:

Poder transitar com eficiência e sem temor numa intrincada trama de práticas sociais ligadas à escrita. Ou seja, trata-se de produzir textos nos suportes que a cultura define como adequados para as diferentes práticas, interpretar textos de variados graus de dificuldade em virtude de propósitos igualmente variados, buscar e obter diversos tipos de dados em papel ou tela e também, não se pode esquecer, apreciar a beleza e a inteligência de um certo modo de composição, de um certo ordenamento peculiar das palavras que encerra a beleza da obra literária. Se algo parecido com isso é estar alfabetizado hoje em dia, fica claro por que tem sido tão difícil. Não é uma tarefa para se cumprir em um ano, mas ao longo da escolaridade. Quanto mais cedo começar, melhor. (FERREIRO, 1985, p.53).

Ainda segundo a autora o processo de alfabetização é contínuo, sem data estabelecida para terminar. Ou seja, é uma tarefa difícil estipular um tempo específico para que a criança esteja alfabetizada, pois cada uma tem suas especificidades e tempo de amadurecimento, e, o aprendizado por ocorrer diferentemente para cada educando.

Dentro desse contexto, é preciso atentar para as diversidades existentes e culturas das mais variadas e distintas realidades de nossos alunos alfabetizados, e, buscar quais potencialidades desenvolveram, quais aptidões podem ser potencialmente geradas, e, isto deve ser feito caso a caso, aluno por aluno.

Não queremos aqui cair no erro de achar que as crianças aprendem tudo sozinhas sem a necessidade de um mediador do processo de ensino. Assim sendo, o professor é um elemento imprescindível e indispensável para o processo de ensino aprendizagem, é ele o responsável por identificar os elementos próximos da experiência de cada estudante aos conhecimentos a serem aprimorados pelos estudantes, para que assim sentindo-se identificado, o aluno possa se interessar pelas competências e habilidades a serem adquiridas e desenvolvidas, haja vista que muitos conhecimentos tradicionais já fazem parte da vida, do dia a dia das crianças em suas vivências familiares e sociais.

Se há um grande desafio para o professor, é garantir que os alunos possam progredir com as devidas competências e habilidades exigidas para cada ano, mas, o caminho percorrido pelos educandos para se chegar lá nem sempre é o mesmo para todos. O mais importante é que ao fim de todo o processo de alfabetização, ou seja, ao menos até o fim do terceiro ano como prevê as diretrizes do MEC, possamos garantir que os estudantes estejam alfabetizados, sabendo ler e escrever.

O professor alfabetizador, mediador do conhecimento, precisa ter consciência da sua função de modo integral, claro do conhecimento do Sistema de Escrita Alfabética na sua complexidade, tendo nitidez sobre as concepções de ensino e aprendizagem, principalmente no que concerne a alfabetização. Aliás, “é necessário que ele tenha clareza da concepção de alfabetização e letramento presente nos documentos nacionais para que esta esteja subjacente à sua prática.” (LEITE, 2014, p. 37).

O professor deve passar por constante qualificação e aprimoramento, não apenas com novos cursos de aperfeiçoamento, mas, sugerimos também a criação de encontros nacionais que visem debater, e, fomentar, com os professores e a comunidade escolar como um todo, a questão da alfabetização na idade certa, e, também possam compartilhar experiências exitosas que poderão ser readaptadas e reaplicadas em diversas realidades culturais onde estão localizadas as escolas.

Sobre o processo de avaliação, o Pacto prevê que esta seja processual e contínua, desenvolvidas e realizadas pelo professor junto aos alunos. Esta é uma premissa que não pode ser esquecida, pois ao final do 3º ano, todos os educandos fazem uma avaliação pelo INEP, almejando avaliar o nível de alfabetização conquistado pelos alunos ao longo do ciclo de três anos. Assim o professor terá dados concretos que lhe subsidiará na análise do desempenho das turmas e adotar medidas e políticas necessárias para aperfeiçoar o PACTO.

Observamos que frente ao processo de alfabetização das crianças na idade certa a educação brasileira enfrenta inúmeros desafios. Dentre eles não podemos deixar de frisar a necessidade de reestruturação do currículo pertinente as habilidades e competências que se pretende desenvolver em cada faixa etária. Sobre este debate Leite aponta:

[...] Uma série de discussões sobre currículo foi promovida tanto pelas redes de ensino, quanto pelas escolas a elas filiadas, de forma que o ensino oferecido à criança de seis anos de idade atendesse às singularidades apresentadas por essa faixa etária e a revisão dos currículos, conteúdos e práticas pedagógicas contemplassem não somente o primeiro ano do Ensino Fundamental, mas os outros anos da educação básica como um todo. (LEITE, 2014, p. 25).

Compreendendo que o processo de alfabetização não se limita ao domínio de símbolos linguísticos, mas como afirma Ferreiro (1985) trata-se de uma compreensão dos mecanismos de representação formadores da escrita, interligando alfabetização e letramento.

A escrita pode ser concebida de duas formas muito diferentes e conforme o modo de considerá-la as consequências pedagógicas mudam drasticamente. A escrita pode ser considerada como uma representação da linguagem ou como um código de transcrição gráfica das unidades sonoras. Tratemos de precisar em que consistem as diferenças. (FERREIRO, 1985, p. 8).

Segundo Freire (1996) o processo de aquisição da linguagem escrita está associada as vivências dos educandos e as metodologias de ensino aprendizagem utilizadas pelos professores. Fazendo parte de uma construção coletiva que envolve, também, as instancias públicas e a família.

Dentro desse contexto, compreendemos que o processo de ensino aprendizagem, o progresso dos estudantes e, o desenvolvimento das habilidades e competências de leitura e escrita esperados para cada aluno já no terceiro ano das séries iniciais do ensino

fundamental, só poderão ser alcançados mediante o envolvimento e compromisso de todos da comunidade escolar e dos governos em suas várias instâncias.

4. O PACTO NACIONAL NA IDADE CERTA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA ZONA URBANA DE PENDÊNCIAS/RN:

O município de Pendências, localizado na microrregião Vale do Açu, conta com uma população de 14.751 habitantes, (IBGE, censo 2015), com extensão territorial de 442,5 km². Segundo censo do IBGE do ano de 2010 a cidade contava com 10.574 habitantes da zona urbana e 2.858 na zona rural. O sistema educacional do município abrange as modalidades de Ensino Fundamental nas etapas de Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais e Educação de Jovens e Adultos – EJA. A rede municipal conta com 3 instituições de Ensino localizadas na Zona Urbana, atendendo no total de 1.107 alunos com matrícula inicial de 2016 distribuídos como descrição a seguir.

A **Escola Municipal Maria Cleofas Moura da Rocha** está localizada na rua José Medeiros, 450, bairro: Conjunto Independência, Zona Urbana de Pendências – RN. A instituição é mantenedora sobre Administração Municipal. Atualmente tem 517 alunos regularmente matriculados, funcionando em três turnos, cada turno com 8 sala de aulas e um quadro de 23 docentes, num total de 62 servidores. A escola oferece as etapas\ modalidades de Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais e também Educação de Jovens e Adultos.

Em relação a prática pedagógica inclusiva, a escola tem 4 alunos com necessidade educacional especial (síndrome de down, deficiente intelectual e física). No entanto a escola não dispõe de sala de recursos multifuncionais, nem de áreas, como banheiro, dependências e vias adequadas a alunos com deficiência. Os docentes não possuem formação em Educação Especial.

No que diz respeito a infraestrutura básica, observamos que o abastecimento de água e energia elétrica e esgoto sanitário dar-se através da rede pública, a água consumida pelos alunos é filtrada e distribuída pelo bebedouro coletivo. A escola dispõe ainda dos seguintes espaços de aprendizagem: biblioteca, sala de leitura, laboratório de informática com acesso à internet (banda larga) um pátio coberto e uma quadra de esportes descoberta. A escola não possui laboratório de ciências, auditório, parque infantil e área verde. No momento não está com o Programa Mais Educação, portanto

não oferece atividades complementares. Está aguardando a liberação dos recursos para iniciar as atividades.

No que se refere a Prova Brasil, Anos Iniciais 5º ano e 4º ano a sua última edição dos 42 alunos matriculados 37 participaram. Os índices de aprovação na referida escola apontam, segundo o IDEB, o seguinte percentual:

Quadro 1 – Taxa de aprovação dos alunos da rede municipal de Pendências, no período de 2005-2013.

| Taxa de Aprovação | | | | | | |
|-------------------|-----------|------|------|------|------|------|
| Ano | Ano/Série | | | | | |
| | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | P i |
| 2005 | -- | 47,8 | 68,9 | 61,5 | 53,3 | 0,57 |
| 2007 | 100 | 85,0 | 93,5 | 60,0 | 71,9 | 0,79 |
| 2009 | 95,9 | 95,5 | 100 | 44,6 | 60,7 | 0,72 |
| 2011 | 96,0 | 100 | 90,0 | 71,4 | 62,2 | 0,81 |
| 2013 | 97,8 | 96,1 | 87,5 | 56,6 | 75,6 | 0,79 |

Fonte:

Quadro 1

Tomando como referência o ano de 2013, em que o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa já havia sido implantado, os dados nos revelam que os índices de aprovação diminuíram no 4º ano e no 5º ano, mas, são justamente nos três primeiros anos, 1º, 2º e 3º que as aprovações são de 98,8%, 96,1% e 87,5%, respectivamente.

Vale ressaltar que a proposta do PACTO prevê que, “a criança brasileira produza e leia textos com autonomia ao final do terceiro ano do Ensino Fundamental”, (BRASIL, 2011, p.14). O fato é que, de acordo com os dados levantados, os alunos aprovados em séries anteriores, ao chegarem nos 4º e 5º anos, não confirmam a prerrogativa de que conseguiram dominar a leitura e a escrita, por isso os índices menores de aprovação, que como observamos é de 56,6% para o 4º ano e de 75,6% para o 5º ano. Estes dados nos fazem refletir sobre os processos de alfabetização e letramento na perspectiva de educandos realmente alfabetizados.

Entre os anos de 2005 e 2013 notamos é praticamente total o índice de aprovação, mas, os índices de rendimento do 4º ano em diante nos remetem a indagações referentes ao cumprimento do Pacto. Realmente está ocorrendo a

alfabetização até o 3º ano do ensino fundamental, anos iniciais? Para responder a essa questão aplicamos um questionário e realizamos entrevistas com os professores, também analisamos documentalmente os diários de classe e os diagnósticos avaliativos de cada estudante, procurando confirmar se de fato os alunos progredidos para o 4º anos dominam a leitura e a escrita:

Quadro 2 –

| Ano/Série | Número de Alunos | Alfabetizados | Com dificuldades de aprendizagem |
|-----------|------------------|---------------|----------------------------------|
| 4º “A” | 25 | 15 | 10 |
| 4º “B” | 26 | 18 | 08 |
| 5º | 29 | 02 | 27 |

Fonte:

Quadro 2

De acordo com a tabela acima observamos que no 4º ano A, temos um total de 25 alunos, sendo que apenas 15 deles são alfabetizadas, ou seja, 10 não alcançaram as habilidades e competências desejadas enquanto nível de leitura e escrita, no 4º ano B a situação é semelhante, em um total de 26 educandos, 18 foram considerados alfabetizados e 8 apresentaram dificuldades de aprendizado.

O fato que nos impressionou foi o caso do 5º ano, entre os 29 estudantes, apenas 02 estavam completamente alfabetizados e 27 não alcançaram plenamente os critérios necessários para serem considerados alfabetizados, vale ressaltar que especificamente nesta turma do 5º ano foi relatado pela professora titular que oito alunos não sabem ler nem escrever. Nessa turma nem um tem deficiência identificada ou registrada, porém, todos estão fora de faixa.

A **Escola Municipal Padre José Luiz**, localizada na rua Padre José Luiz, s/n, Bairro Massapê, Zona Urbana do município de Pendências – RN. A referida instituição atua sobre Administrativa Municipal. O número de alunos matriculados é de 331 alunos, distribuídos em 16 turmas, e 19 salas de aulas. O quadro de funcionários é de 51 servidores, destes 17 são docentes. Oferece a modalidade de Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais.

Quanto a sua prática pedagógica inclusiva apresenta alunos com necessidade educacional especial síndrome de down com laudo médico, mesmo assim não dispõe de

sala de recursos multifuncionais, banheiro, dependências e vias adequadas a alunos com deficiência. Nenhum dos docentes possui formação continuada em Educação Especial.

Em relação aos espaços de aprendizagem a escola conta com uma biblioteca e um laboratório de informático, com acesso à internet com banda larga. A escola não possui sala de leitura, laboratório de ciências, pátio, auditório, parque infantil e área verde. A quadra de esportes encontra-se em construção.

Após aplicação de questionários, realizamos entrevistas com os professores, também analisamos documentalmente os diários de classe e os diagnósticos avaliativos de cada estudante, chegamos a seguinte tabela que diz respeito aos índices de aprendizagem nos 4º e 5 anos na referida escola:

Quadro 3 – Índices de aprendizagem

| Ano/Série | Número de Alunos | Alfabetizados | Não alfabetizados |
|-----------|------------------|---------------|-------------------|
| 4º “A” | 18 | 08 | 10 |
| 4º “B” | 15 | 10 | 5 |
| 4º “C” | 20 | 02 | 18 |
| 5º “A” | 22 | 14 | 08 |
| 5º “B” | 19 | 18 | 01 |

Fonte:

Quadro 3

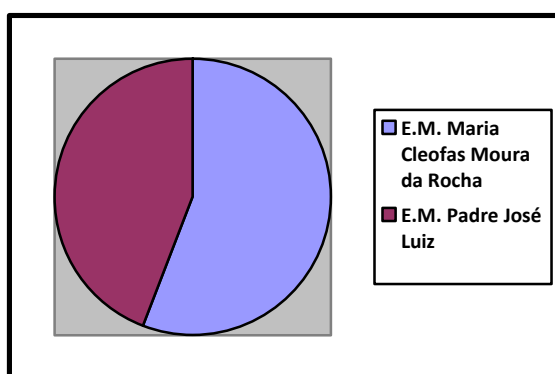
Verificamos que no 4º ano A entre os 18 alunos apenas 8 foram considerados alfabetizados, e 10 não alfabetizados, já no 4º ano B a maioria foi considerada alfabetizada, 10 no total de 15 alunos, sendo apenas 5 não alfabetizados. No 4º ano C, a situação é bem alarmante pois apenas 02 alunos foram considerados alfabetizados em um total de 20 alunos, sendo portanto 18 educandos não alfabetizados. No 5º ano A entre os 22 alunos existentes, 14 deles foram considerados alfabetizados e 8 não alfabetizados, já no 5º ano B, dentre os 19 estudantes 18, a grande maioria, estava alfabetizada e apenas um aluno não dominava a leitura e a escrita.

É possível perceber que tanto na E.M Maria Cleofas Moura da Rocha bem como na E.M. Padre José Luiz, o 4º ano é um marco divisor entre o aluno que realmente foi alfabetizado e o que não foi, desta forma, seus índices de reprovação são maiores que

nos outros anos. Mostrando que os alunos que chegam ao 5º ano, em sua grande maioria, são alfabetizados.

Contudo, precisamos atentar também para os dados mais gerais a fim de percebermos o universo pesquisado como um todo. Estatisticamente a Escola Municipal Maria Cleofas Moura da Rocha, de acordo com o total dentre os alunos dos 4º e 5º anos, 43,75% foi considerado alfabetizado e 56,25% não alfabetizados. Já na Escola Municipal Padre José Luiz entre o total de alunos dos 4º e 5º anos, 55,31% foi considerado alfabetizado e 44,69% não alfabetizados. Em relação ao número de alunos não alfabetizados de ambas as escolas, vejamos o gráfico comparativo:

Gráfico 1 – Alunos não alfabetizados



Fonte:

Gráfico 1

Percebemos que o índice de não alfabetizados é maior na E.M Maria Cleofas Moura da Rocha, com 56,25%, onde mais da metade dos alunos dos 4º e 5º anos não estão plenamente alfabetizados, enquanto que na E.M. Padre José Luiz, temos um total de 44,69% de alunos dos 4º e 5º anos não alfabetizados, apesar de ser uma percentagem menor se comparada a primeira escola ainda sim é bem alarmante, pois quase metade dos alunos não são alfabetizados.

Tais dados comparativos respondem a nossa inquietação inicial no que diz respeito a sabermos se de fato as crianças até o terceiro ano da Zona Urbana de Pendências/RN, estariam plenamente alfabetizadas como prevê o PACTO, caso estivessem os índices de alunos não alfabetizados nos 4º e 5º anos não seriam tão altos.

De fato confirmamos que de forma geral na Zona Urbana de Pendências/RN, uma grande parte dos estudantes, em média 50% deles, não são alfabetizados plenamente até os terceiros anos, e, chegam aos 4º e 5º anos sem saber produzir e ler textos com autonomia, ou seja, o que o PACTO prevê neste ponto, não está obtendo êxito, pelo menos não no que se refere ao universo aqui pesquisado.

Ademais, mediante as observações realizadas é possível perceber que as escolas não contam com uma formação continuada para trabalharem com educação especial, todavia realizam o trabalho. Esse fator implica em déficits de aprendizagem e conseqüentemente em maus resultados nos programas de medição do desempenho das escolas. Esses fatores são agravados por condições precárias de trabalho, como anteriormente relatado, o espaço físico é limitado.

Esses fatores influenciam diretamente no rendimento da turma, dificultando os processos formativos e não contemplando a proposta do PACTO, nem atingindo o IDEB.

A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil). (BRASIL, 2007, Art. 3º p. 2).

Assim, percebemos a importância dos indicadores, para fornecimento de subsídios para avaliação das políticas públicas educacionais e de gestão dos sistemas de ensino. Esse processo dar-se de modo interligado, iniciando com o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

[..] sintetiza indicadores de fluxo (taxa média de aprovação na etapa de ensino, calculada a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica) e de desempenho (proficiência média padronizada dos alunos, aferida pelas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica) possibilitou, de forma objetiva que, governantes, gestores e sociedade civil acompanhassem o desenvolvimento da educação básica, a partir da mensuração dessas duas dimensões, tanto das escolas quanto das redes de ensino brasileiras (FERNANDES, 2007 Apud BRASIL, 2014, p. 1).

A Provinha Brasil, nesta perspectiva, se torna um instrumento avaliador, permitindo o acompanhamento do rendimento das escolas do país. Divulgando os indicadores e percentual atingido. Podendo, desta forma, identificar os fatores de sucesso e insucesso nos processos de alfabetização, podendo intervir de forma apropriada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Vimos que alfabetização das crianças na idade certa é uma das prioridades nacionais. E para que ocorra eficazmente é necessário que alguns aspectos relevantes sejam observados e praticados.

Diante da situação elencada no presente artigo, verificamos que o governo brasileiro através do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa deve buscar superar as dificuldades e entraves encontrados no processo de alfabetização na idade certa.

Para tal é primordial que consideramos que os professores conheçam plenamente os documentos que orientam os caminhos da alfabetização na idade certa, que o processo de avaliação dos estudantes seja contínuo, que os currículos sejam reestruturados visando uma ênfase mais aprofundada nas competências e habilidades que necessitam serem adquiridas pelas crianças em cada faixa etária, que haja integração entre alfabetização e letramento e que o processo de ensino aprendizagem, no que diz respeito ao domínio da linguagem e escrita, deve levar em conta o contexto cultural e local dos educandos, sendo construídos coletivamente pela comunidade escolar.

Vale ressaltar que alfabetizar na idade certa é um grande desafio, e, um vasto campo de pesquisa a ser pesquisado, pois não diz respeito apenas à realidade local do município de Pendências/RN, para o qual recortamos o nosso olhar, mas, as dificuldades desse processo são percebidas em toda realidade brasileira, que de fato pelo tempo e natureza de nosso trabalho não pudemos dar conta ou nos debruçar em toda a sua completude.

A Zona Urbana de Pendências/RN, para além das escolas pesquisadas, que foram a Escola Municipal Padre José Luiz e a Escola Municipal Maria Cleofas Moura da Rocha, contém a Escola Municipal Terezinha Justo. Fizemos um recorte na pesquisa, necessário devido ao pouco tempo que dispúnhamos e a natureza do trabalho, formato artigo, o que nos levou a optar por verificar e comparar a realidade de duas escolas existentes, buscando assim retratar uma parte da realidade que viesse a corroborar com a nossa investigação. Contudo, nada impede que novos estudos possam ser impetrados para aprofundamentos, e, que dêem conta do universo das escolas presentes na Zona Urbana de Pendências/RN como um todo.

Fica claro que nosso objetivo aqui não foi dar conta de toda uma realidade vasta e complexa, esgotar o assunto, é perceptível que estamos longe disto, mas, de

percebemos que necessitamos discutir mais a respeito dessa referida problemática, em busca de possíveis caminhos a serem percorridos que visem minimizar o problema ao qual nos deparamos nessa pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em 28 de maio de 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Poder Executivo. Brasília, CF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** 2011. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/pacto_livreto.pdf> Acesso em 17 de maio de 2016.

DALBERIO, Osvaldo. **Metodologia científica: desafios e caminhos.** São Paulo: Paulus, 2009.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 18, de 15 de setembro de 2005.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 out. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb018_05.pdf> Acesso em 10 de março de 2016.

_____. Ministério da Educação. **Decreto nº 6.094/2007.** Brasília, DF, 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm> Acesso em 11 de maio de 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf>>

Acesso em 13 de janeiro de 2016.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Ensino Fundamental de nove anos: Orientações Gerais**. Brasília, DF, 2004.

FERREIRO; TEBEROSKY. **Psicogênese da língua escrita**. Artemed: 1999. Resultados do Saeb/2003. Inep, junho de 2004. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/básica/saeb/default.asp>> Acesso em 20 de maio de 2016.

FERREIRO, Emília. **A representação da linguagem e o processo de alfabetização**. Cad. Pesq., São Paulo, 1985. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/679.pdf>> Acesso em 02 de abril de 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 1996. Disponível em: <www.educadores.educacao.ba.gov.br/system/.../pdf-pedagogiadaautonomia-paulofreire.pdf> Acesso em 17 de maio de 2016.

_____, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

INEP. **Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (Inse) participantes da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)**. Nota técnica. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/ana/resultados>> Acesso em 28 de maio de 2016.

_____, Relatório Nacional Saeb 2003. Brasília: O Instituto, 2006.

LEITE, Élia Aparecida Samuel. **Alfabetização e letramento: desafios e possibilidades de uma escola pública municipal a partir do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** Tese de mestrado apresentada a Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, 2014.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas.** Revista Brasileira de Educação, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>.>
Acesso em 02 de abril de 2016.